



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

PARECER NO PROJETO DE LEI Nº 89/2025

Sala de Comissões, 12 de dezembro de 2025.

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 89/2025

AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

PARECER Nº 73/2025

Ementa: “**Autoriza abertura de crédito especial por excesso de arrecadação. Trata-se da Emenda Parlamentar Individual com a finalidade: incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial para cumprimento das metas - nacional, Proposta nº 36000648423202500**”.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 89/2025 tem por objetivo autorizar a abertura de crédito suplementar destinado à Secretaria Municipal de Saúde, fundamentado em **excesso de arrecadação** decorrente de **Emenda Parlamentar Individual**. O processo administrativo demonstra que os recursos foram indicados pelo Deputado Estadual Dr. Fernando Máximo, com a finalidade de **incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial – MAC**, conforme Proposta nº 36000648423202500.

Tal origem encontra-se expressamente registrada no **Termo de Abertura Integrado** que descreve a natureza da fonte e a finalidade dos valores. A justificativa encaminhada pelo Executivo, por meio da Mensagem nº 89/2025, explica que a urgência na tramitação decorre da necessidade de ajustar o orçamento municipal antes da execução das ações financiadas pela emenda, garantindo cumprimento tempestivo das metas pactuadas.

Também constam no processo documentos de instrução orçamentária e contábil: fichas cadastrais, memorando contábil, além do ofício de encaminhamento do Prefeito Municipal.

II - ANÁLISE FISCAL

O crédito suplementar solicitado está amparado no art. 43, §1º, inciso II, da Lei nº 4.320/64, visto que decorre de **excesso de arrecadação real e comprovado**, proveniente de emenda parlamentar vinculada. A documentação do processo confirma a entrada dos recursos na conta específica do Fundo Municipal de Saúde, atendendo ao princípio do equilíbrio fiscal e não criando novas obrigações permanentes.

Por tratar-se de recurso federal transferido voluntariamente e com destinação específica, não há impacto no resultado fiscal próprio do Município, além de não configurar despesa obrigatória continuada — afastando exigência de compensação prevista na LRF. Também não há risco de extrapolção de limites de despesa, tampouco efeito relevante sobre indicadores fiscais. A vinculação legal aos serviços de assistência ambulatorial e hospitalar (MAC) impede qualquer uso indevido e garante aderência às normas do SUS.

Assim, do ponto de vista fiscal, a medida é regular, responsável e compatível com a capacidade financeira municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

PARECER NO PROJETO DE LEI Nº 89/2025

III - ANÁLISE FINANCEIRA

Os documentos contábeis evidenciam que os recursos encontram-se efetivamente disponíveis e registrados em sistema, caracterizando excesso de arrecadação. A ficha cadastral demonstra a correta classificação do crédito e sua vinculação ao processo. Não há necessidade de operações de crédito, tampouco de reestimativas compensatórias.

A utilização dos valores na forma proposta não compromete o fluxo financeiro municipal e não afeta a liquidez, pela natureza temporária do incremento ao custeio. A Secretaria Municipal de Saúde justificou adequadamente o uso dos recursos, apontando sua necessidade para manutenção dos serviços e cumprimento das ações pactuadas. As previsões de desembolso estão alinhadas à programação financeira vigente e compatíveis com a execução orçamentária esperada para o exercício.

Conclui-se que a medida é financeiramente viável, de baixo risco e plenamente absorvível pela estrutura orçamentária municipal.

IV - ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

O crédito suplementar proposto visa reforçar dotações já existentes, inseridas na estrutura programática da LOA. O reforço é necessário para adequar o orçamento municipal aos valores recebidos pela Emenda Parlamentar, assegurando a execução de ações específicas e obrigatoriamente vinculadas ao MAC. A justificativa técnica do Executivo esclarece que a ampliação da dotação é imprescindível para execução dos convênios e metas nacionais, conforme Mensagem nº 89/2025.

Verifica-se compatibilidade integral com o Plano Plurianual e com a LDO, que contemplam o custeio da assistência hospitalar e ambulatorial como prioridade de governo. O crédito suplementar segue corretamente a técnica do orçamento-programa, sem gerar conflitos com dotações já existentes ou alterar diretrizes orçamentárias.

Dessa forma, o PL demonstra adequação técnica, legal e programática.

V - CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS

Os documentos exibem regularidade formal, com assinaturas eletrônicas válidas conforme Decreto Municipal nº 227/2020. A instrução administrativa está completa e bem organizada, com informações suficientes sobre origem, destinação e natureza dos recursos. Recomenda-se que a execução física e financeira seja acompanhada por relatórios periódicos, garantindo rastreabilidade e conformidade com a finalidade definida pela Emenda Parlamentar.

VI - ANÁLISE DE MÉRITO

O mérito do projeto é favorável, pois os recursos ampliam a capacidade de atendimento do Município, fortalecendo ações ambulatoriais e hospitalares e garantindo continuidade dos serviços essenciais. O incremento temporário ao custeio melhora a eficiência operacional e contribui para metas pactuadas no



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE/RO
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

PARECER NO PROJETO DE LEI Nº 89/2025

SUS. Trata-se de medida necessária, oportuna e alinhada ao interesse público, não apresentando qualquer óbice técnico ou jurídico.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão Permanente de Finanças e Orçamento conclui que o **Projeto de Lei nº 89/2025** atende aos **requisitos legais, fiscais, financeiros e orçamentários**, estando em conformidade com a legislação aplicável.

Dessa forma, a Comissão manifesta-se **favoravelmente à tramitação e aprovação** do projeto, **com os votos individuais de seus membros devidamente registrados**, em observância aos princípios da **transparência, legalidade e responsabilidade fiscal**, concluindo, assim, a apreciação da matéria no âmbito desta Comissão.

☒ Favorável () Contrário () Abstenção


Reginaldo Pereira de Aquino
Presidente

() Favorável () Contrário () Abstenção

Uémersom Rômulo Lopes da Silva
Secretário

☒ Favorável () Contrário () Abstenção


Itamar Antonio Constancio
Membro